

## MORTE E VIDA DE GRANDES CIDADES: COMO ATUALIZAR OS CONCEITOS DE JACOBS PARA A SÃO PAULO DE 2015?

Vinicius Algarte Quirino (IC) e Lizete Maria Rubano (orientadora)

Apoio: PIBIC CNPq

### Resumo:

O presente artigo propõe a atualização das discussões em torno de espaços públicos em grandes cidades, levantadas por Jane Jacobs no livro “Morte e Vida de Grandes Cidades” (1961), a partir de leituras complementares selecionadas e de levantamento de campo – trabalho empírico – estruturado por observação e registro de trechos de território urbano, na conjuntura da cidade de São Paulo, entre os anos 2015 e 2016. Partindo da contextualização histórica da obra de Jacobs foi possível identificar vertentes/tendências de pensamentos – e suas contradições – sobre as qualidades sócio-econômicas-espaciais desejáveis em aglomerações humanas/urbanas em constante crescimento. Como exercício de aproximação do território, foram concebidos dois estudos de caso – aqui apresentados – sobre regiões específicas da cidade de São Paulo, representadas por pequenos trechos de ruas (no distrito Perdizes/“Sumaré”: Avenida Professor Alfonso Bovero; e no distrito Consolação/“Baixo Augusta”: Rua Augusta), selecionadas criteriosamente de acordo com referências teóricas e o auxílio de dados demográficos e territoriais fornecidos por órgãos públicos. A combinação entre leituras, visitas aos locais, registros e levantamentos realizados sobre o território, possibilitou a formulação de discussão, ampla e plural, sobre as características e qualidades dos espaços públicos observados (e de arquiteturas, sob a ótica urbana, coletiva), assim como a realização de reflexões, constatações e considerações sobre os trechos urbanos estudados, apresentadas na parte final deste trabalho.

**Palavras-chave:** espaço público, São Paulo, Jane Jacobs

### Abstract:

This article proposes updating the discussions around public spaces in big cities, raised by Jane Jacobs in the book “The Death and Life of Great American Cities” (1961), from selected additional readings and field survey – empirical work – structured by observation and records of portions of the urban territory in the space-time of São Paulo between 2015 and 2016. After understanding the historical context of Jacobs' work it was possible to identify lines of thought - and its contradictions - on the socio-economic and spatial qualities desirable in human / urban agglomerations constantly growing. As an exercise to approaching the territory, two case studies - here presented - were conceived

regarding specific regions of São Paulo, represented by small "pieces" of streets (in the district of "Perdizes"/"Sumaré": "Professor Alfonso Bovero" Avenue; and in the district of "Consolação"/"Baixo Augusta": "Augusta" Street), carefully selected according to theoretical references and the assistance of demographic and territorial data provided by public agencies. The combination of readings, visits, records and surveys on the territory, allowed the formulation of a broad and plural discussion on the characteristics and qualities of the observed public spaces (and of the observed architectures, on an urban/collective perspective), besides the realization of reflections, observations and considerations about the studied urban stretches, presented in the final part of this work.

**Keywords:** public space, São Paulo, Jane Jacobs

## INTRODUÇÃO

Tudo indica que nas próximas décadas habitaremos cidades cada vez mais populosas, com problemas tão complexos quanto os que enfrentamos hoje, ou ainda mais complexos. Resta-nos, portanto, buscar entender as causas de tais problemas urbanos, para descobrir como podemos evitá-los, ou minimizá-los, com o intuito de vivermos melhor em cidades mais humanas, agradáveis, seguras e saudáveis. É nesse âmbito que se evidencia a relevância de investigações sobre territórios urbanos como São Paulo, suas complexidades, suas urbanidades, as disputas que ali tomam lugar, seus problemas e soluções.

O tema da cidade real foi, retomando o debate histórico, recuperado pelas publicações da última fase dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna entre 1951 e 1959, evidenciando pontos de discordância entre os membros fundadores (mais antigos, como Le Corbusier), as gerações “do meio” – Sert, Rogers, Grupo MARS – e a “jovem” (*Team 10*), abrindo caminho à superação da rigidez do modelo funcionalista e à retomada da problemática da cidade tradicional. (RODRIGUEZ SOSA; SEGRE, 2009, p.5)

As gerações mais jovens, pouco a pouco, levantavam questionamentos que, principalmente após o CIAM 8 (*The Heart of The City, O Coração da Cidade*), levariam à crise da ideia de Cidade Funcional. RODRIGUEZ SOSA e SEGRE os agrupam em quatro temas, a serem considerados como “discussões transgressoras de ruptura”.

“Esses quatro temas ou “discussões transgressoras” que caracterizam o contexto de ruptura dos CIAM são a semente que fez surgir novas direções pós-CIAM tanto de mãos de membros como não-membros dos CIAM”. (RODRIGUEZ SOSA; SEGRE, 2009, p.13)

A primeira trata de “concepção por escalas versus concepção por funções”. Para os grupos *Team 10* e MARS o “habitat” era bem mais do que apenas a zona onde se mora ou mesmo a casa, mas abarcava também o âmbito de comunidade. Apontavam para a importância de o espaço urbano ser encarado como gerador de relações humanas. A segunda discussão girava em torno do “centro comunitário versus centro cívico”. A ideia de núcleo como um grande “centro cívico” não interessava às gerações mais novas preocupadas com as questões do viver coletivo e dos espaços públicos onde se davam as relações humanas. Afinal, onde se encontra o “coração da cidade”? A terceira, “rua versus quadra”, se refere à rua - seguida do bairro - como organizadora dos espaços da cidade de acordo com uma escala menor, mais próxima do conceito de comunidade – que dessa maneira aproxima a arquitetura do desenho urbano, este mais amplo –, em oposição à quadra ou super-quadra e os conjuntos habitacionais que o fazem numa escala maior, impessoal. A quarta e última “discussão transgressora” tratava justamente dos “valores

culturais versus valores funcionais”, sobre a relação do homem com o espaço, o sentido de apropriação e identificação entre o ser e o meio.

“O CIAM 10 (Dubrovnik, 1956), foi organizado pelos arquitetos do *Team 10* que propuseram a discussão da questão do Habitat em novos termos, questionando o rigor das categorias funcionais impostas pelos líderes do CIAM para a discussão da cidade e trazendo para o debate a questão da identidade, dos valores culturais e da associação humana como princípio básico do urbanismo”. (RODRIGUEZ SOSA; SEGRE, 2009, p.13)

Ainda de acordo com RODRIGUEZ SOSA e SEGRE, sobre as quatro “discussões transgressoras” dos CIAM:

“O fator comum que integra estas discussões é o foco no elemento humano, na associação humana, que resulta do interesse em retomar a cidade existente como foco de atenção”. (RODRIGUEZ SOSA; SEGRE, 2009, p.13)

Os pensamentos e constatações de Jane JACOBS (em *Morte e Vida de Grandes Cidades*) - escritos entre 1958 e 1961 - se alinham àqueles da “geração jovem” dos CIAM em muitos pontos. Já na introdução, JACOBS deixa claro o desacordo com o modelo de planejamento urbano chamado “moderno” baseado no funcionalismo:

“Este livro (...) é uma ofensiva contra os princípios e os objetivos que moldaram o planejamento urbano e a reurbanização modernos e ortodoxos. Ao apresentar princípios diferentes, escreverei principalmente sobre coisas comuns e cotidianas, como, por exemplo, que tipos de ruas são seguros e quais não são; porque certos parques são maravilhosos e outros são armadilhas que levam ao vício e à morte; (...) escreverei sobre o funcionamento das cidades na prática, porque essa é a única maneira de saber que princípios de planejamento e que iniciativas de reurbanização conseguem promover a vitalidade socioeconômica nas cidades e quais práticas e princípios a inviabilizam.” (JACOBS, 2001, p.1)

Essa vertente do debate levou à valoração de um caminho quase “natural” para entender as potencialidades e necessidades de uma cidade: o de observá-la e à vida que ali acontece.

Françoise CHOAY, em “O Urbanismo”, de 1965, (CHOAY, 2002, p.293) identifica e nomeia três vertentes na obra de JACOBS, sendo: I – Apologia da Rua, II – Parques e *Squares* e III – Funções Urbanas. CHOAY subdivide “Apologia da Rua” em pequenos textos que explicam basicamente a importância da rua como item organizador da vida pública – próximo ao que defendiam o *Team 10*, na “discussão transgressora” dos CIAM “rua versus quadra” supracitada – bem como espaço mantenedor da segurança em uma cidade. No trecho nomeado “O contato na rua e a consciência coletiva” os fatos e encontros cotidianos que gerariam um sentimento de comunidade, coletivismo e pertencimento (assunto também caro às novas gerações dos CIAM) são resumidos por CHOAY com base nos escritos de JACOBS:

“A maior parte desses atos e ditos são manifestamente triviais, mas a soma deles não o é. Ao nível do bairro, o conjunto dos contatos fortuitos e públicos, geralmente espontâneos\*, é que cria nos habitantes o sentimento da personalidade coletiva e acaba por instaurar esse clima de respeito e de confiança cuja ausência é catastrófica para uma rua, mas cuja procura não poderia ser institucionalizada\*”. (CHOAY, 2002, p.295)

Outra opinião compartilhada por JACOBS e a “geração jovem” dos CIAM é a oposição à ideia de setorização das cidades de acordo com suas funções. As funções principais – porém não únicas – de uma cidade (habitar, trabalhar, o lazer e o transporte) devem coexistir e se permear ao máximo para gerar condições sustentáveis para a vida urbana coletiva. Para JACOBS a diversidade – em todos os âmbitos – concentrada é a chave para uma cidade agradável, salubre, sustentável e viável social e economicamente. Para criarmos e mantermos a diversidade em nossas cidades JACOBS aponta, já em 1961, quatro condições indispensáveis que deveriam acontecer concomitantemente:

1. O distrito, e sem dúvida o maior número possível de segmentos que o compõem deve atender a mais de uma função principal; de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infra-estrutura.
2. A maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes.
3. O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir boa porcentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento econômico variado. Essa mistura deve ser bem compacta.
4. Deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui alta concentração de pessoas cujo propósito é morar lá”. (JACOBS, 2001, p.165)

Ao propor a atualização dos conceitos de JACOBS na cidade de São Paulo, em 2015, a discussão adquire nova e mais ampla complexidade. Os processos de produção são outros, o tempo e sua percepção são diferentes daqueles na década de 1960, bem como a percepção e uso dos espaços nessa metrópole. O espaço público, por se tratar de espaço para todos, está sujeito às diferentes interpretações possíveis e, por consequência disso, sua concepção se altera de acordo com quem o produz e o utiliza, suas próprias noções de tempo e de espaço e suas intenções.

“Sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente ‘naturais’ acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidade, de contradição e de luta. Os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversas, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Importantes batalhas também ocorrem nos domínios da teoria, bem como da prática, científica, social e estética. O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo”. (HARVEY, 2008, p.190)

A partir daí, o desenho do espaço ou espacialidade que se pode criar em algumas circunstâncias adquire real e ampla importância para os âmbitos sociais, políticos, econômicos e culturais como elucida HARVEY quando se reporta ao: “modo como diferentes formas de espacialização inibem ou facilitam processos de mudança social”. (HARVEY, 2008, p.192)

Apoiado no conceito de juízo estético de KANT, HARVEY complementa:

“Os juízos estéticos (bem como as práticas artísticas “redentoras”) foram introduzidos como poderosos critérios de ação política e, portanto, social e econômica. Se o julgamento estético dá prioridade ao espaço, as práticas e conceitos espaciais podem, em certas circunstâncias, assumir papel central na ação social”. (HARVEY, 2008, p.192)

Em suma, HARVEY argumenta que o controle do espaço (nesse ponto, arquitetos e urbanistas têm um papel particularmente relevante, ao menos no âmbito de propostas), do tempo e do dinheiro e de todos esses elementos juntos ou de qualquer um deles resulta em poder social. Desse modo:

“As práticas temporais e espaciais nunca serão neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social”. (HARVEY, 2008, p.218)

Retomando as preocupações acerca da experiência urbana contemporânea em São Paulo é correto afirmar que boa parte da produção arquitetônica e de construção revela o descaso para com o espaço urbano público e, portanto, para com a realização ou manutenção da cidade. Embora o discurso de HARVEY esteja associado primordialmente à luta de classes – à ideia de disputa pelo espaço e de seu controle –, enquanto os pensamentos de JACOBS permeiam questões empíricas da experiência urbana, ambos evidenciam o fato de que nenhuma espacialidade construída fisicamente (arquitetura e construções) pode ou deve ser encarada ou “lida” com ingenuidade.

A partir das formulações acima apresentadas, o questionamento central da pesquisa - ou problema de pesquisa – traduz-se em dois pontos. O primeiro trata de identificar quais conceitos da obra de JACOBS podem ser percebidos no cotidiano (de trechos) da cidade de São Paulo em 2015. O segundo busca compreender – a partir da observação das dinâmicas de uso do espaço – como esses conceitos influenciam a (ou dão suporte à) fruição da vida pública urbana.

“Por enquanto, o lugar –não importa sua dimensão– é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)”. (SANTOS, 1998, p.19)

Os **objetivos gerais** da pesquisa consistem em identificar e tornar visíveis, a partir de observação e vivência espacial, soluções de desenho arquitetônico e urbanístico que carregam em si o potencial de dar suporte à fruição da vida pública nas cidades, com a consciência de que tais práticas isoladas são incapazes de transformar cidades, mas podem colaborar no processo de torná-las melhores para a vida humana e o meio ambiente e, além disso, sempre carregam um discurso ou vontade social por parte daqueles que as promovem.

Pretende-se, como **objetivo específico**, documentar e analisar trechos da cidade de São Paulo a partir de conceitos abordados na obra de Jane JACOBS ("Morte e Vida de Grandes Cidades") atualizados para o tempo e espaço de São Paulo, 2015, sempre tendo em vista aspectos da forma urbana e das arquiteturas construídas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para a contextualização histórica, o artigo de RODRIGUEZ SOSA e SEGRE foi de suma importância, principalmente, pela síntese oferecida sobre os questionamentos empreendidos pelos grupos mais jovens participantes dos CIAM's, bastante alinhados ao discurso de J. JACOBS, resumidos sob a expressão "discussões transgressoras de ruptura". (RODRIGUEZ SOSA; SEGRE, 2009, p.13).

A obra de HARVEY colaborou ao evidenciar que, sob o aspecto social, não há neutralidade nas "práticas espaciais", isto é, há sempre um ator e uma intenção por trás de cada ação, por mínima que seja. (HARVEY, 2008, p.218)

Simultaneamente, CACCIARI e o conjunto de autores da obra *Mutations* (entre os quais, KOOLHAAS) enriqueceram o debate, multiplicando os pontos de vista a partir de interpretações complexas sobre as cidades-metrópoles contemporâneas.

Exemplos narrados por CHOAY, reflexões propostas por GUATELLI, além de pensamentos e conceitos explicitados por SANTOS, como "a força do lugar", "verticalidades", "horizontalidades" e "rugosidades", reafirmaram a importância e a potência da aproximação física/cotidiana na leitura e na compreensão do espaço/território (implícita na obra de JACOBS).

## METODOLOGIA

Após aprofundamento do conhecimento sobre o tema, obtido a partir da leitura de bibliografia selecionada, foram realizados dois estudos de caso em regiões específicas da cidade de São Paulo, com foco nas relações entre arquitetura e espaço público e na maneira como as pessoas os utilizam. A primeira região estudada se situa no bairro Perdizes/Sumaré e consiste no trecho da Av. Prof. Alfonso Bovero entre as ruas Apinajés e

Plínio de Moraes. O segundo recorte abrange parte da Rua Augusta, trecho (entre as ruas Costa e Dona Antônia de Queirós) em transformação rápida e agressiva pelo processo de verticalização impresso por construtoras.

O critério para a escolha dos locais foi, primeiramente, a identificação do “calor cívico” (CULLEN, 2010, p.137) existente nas áreas, ou seja, do intenso uso de caráter público. Buscou-se também identificar dinâmicas urbanas de interesse, como o processo de transformação vigente na Rua Augusta, citado anteriormente. Além disso, na definição do primeiro recorte (Av. Prof. Alfonso Bovero) considerou-se a escala de bairro – um conjunto de características que fazem daquele espaço uma centralidade para uma parcela de pessoas – ou o “habitat” que abrange o “âmbito de comunidade” defendido nos CIAM pelos grupos *Team 10* e MARS. Outros critérios utilizados foram: uso predominante do solo: misto (residencial, comércio e serviços) com gabaritos e tipologias variados em ambos os recortes (Fonte: Emplasa); localização: ambos estão próximos ao centro original, dentro de um raio de 5 km a partir da Praça da Sé; densidade: número semelhante em ambos os distritos (Fonte: IBGE - Censo 2010) e; consolidação dos distritos: ambos consolidados quanto ao parcelamento do solo (ou à malha viária) e quanto à ocupação do solo (embora a Rua Augusta passe por transformação acelerada).

Como meio de aproximação dos territórios selecionados, foram criados dois levantamentos de uso e ocupação do solo a partir de bases cartográficas do Mapa Digital da Cidade (MDC), obtidas em *site* da Prefeitura do Município de São Paulo. Essas peças gráficas foram construídas tanto a partir de visitas aos locais acima descritos, quanto com o auxílio de ferramentas de visualização do território (por meio de fotografias e modelos tridimensionais computadorizados) disponíveis na internet como *Google Maps* e *Google Street View*.

A combinação das informações obtidas por meio dos levantamentos de uso e ocupação do solo, das impressões e constatações obtidas durante visitas (diurnas e noturnas) aos locais de estudo e, do embasamento teórico proporcionado pela leitura de bibliografia sobre o tema, permitiu, por fim, a redação do presente artigo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Avenida Professor Alfonso Bovero**

Após a realização de levantamento de uso e ocupação do solo (**imagem abaixo**) no primeiro trecho estudado, na Av. Prof. Alfonso Bovero, foi possível identificar a situação urbana em relação às quatro condições para o florescimento da diversidade urbana apontadas por JACOBS como indispensáveis a um distrito (supracitadas na Introdução) para que seja seguro e dinâmico, social e economicamente. A primeira indica que o distrito

deve atender a mais de uma função principal, de preferência a mais de duas. Nesse caso, o levantamento revela que essa condição está presente no trecho estudado. Ali há boa combinação de funções: habitação, escolas, escritórios, comércios e serviços em geral, com destaque para o uso misto que abriga concomitantemente as funções de habitação e de comércio ou serviço. Há açougues, bancas de jornal, um grande mercado e outro menor, bares, restaurantes, lojas de materiais de construção, de utilidades para o lar, de moda adulta e infantil, agência de viagens, floricultura, escolas para crianças e para adolescentes, estúdios de yoga e pilates, oficina mecânica, uma loja de queijos, uma pequena praça, duas farmácias, uma pastelaria, uma lotérica, algumas casas e muitos apartamentos. Um edifício destoa do conjunto - na esquina sudeste do cruzamento entre a avenida citada e a Rua Apinajés - pelo tamanho do lote, mas também por sua implantação que garante o térreo comercial, o alargamento da calçada e uma generosa marquise que protege o acesso a um supermercado, a uma farmácia, a diversas lojas e bares e também aos apartamentos nos andares acima. A proteção da marquise – “o mínimo como estratégia geradora de dinâmicas territoriais” (GUATELLI, 2012, p.115) – combinada às cadeiras e mesas dos bares e, ainda, aos acessos de lojas, lotérica, farmácia, mercado e apartamentos, além de uma banca de jornal, garante um ponto de permanência e de encontros entre moradores, passantes e pessoas que trabalham nas proximidades. Lugares assim, de pausa, de permanência, se tornam, a cada dia, mais raros numa metrópole como São Paulo.

CACCIARI leva adiante os questionamentos do *Team 10* e do grupo MARS – na primeira “discussão transgressora de ruptura” como chamou RODRIGUEZ SOSA e SEGRE (2009, p.13), supracitada na Introdução deste trabalho – para quem o habitat era bem mais do que apenas o lar, a casa:

“[...] Será possível habitar onde não existem lugares? [...] o lugar do habitar não é mero alojamento. Só uma cidade pode ser habitada; mas não é possível habitar a cidade se ela não se dispuser a ser habitada, ou seja, se não ‘der’ lugares. O lugar é o sítio onde paramos: é pausa – é análogo ao silêncio de uma partitura. Não há música sem silêncio. O território pós-metropolitano ignora o silêncio numa partitura; não nos permite parar, ‘recolher-nos’ no habitar.” (CACCIARI, 2010, p. 35)

A segunda condição é: quadras curtas, isto é, opções de virar a esquina. Seja por motivo de segurança – para fugir de uma situação suspeita – ou apenas para mudar de caminho, conhecer outra rua, onde pode haver uma livraria ou um bar, por exemplo, surpresas de um novo caminho. O trecho em questão oferece duas testadas de quadra, uma a leste e outra a oeste. A testada a leste mede 185 metros entre as esquinas da Rua Plínio de Moraes e da Rua Apinajés. O levantamento aponta que a topografia acidentada e irregular da área provavelmente teve papel importante na delimitação do perímetro dessa quadra. Trata-se de uma quadra relativamente grande se comparada, por exemplo, aos 113 metros do quadrado modular do plano Cerdà em Barcelona, tidos como uma distância

confortável e segura para o pedestre. JACOBS critica, por exemplo, quadras de um bairro em Filadélfia, que possuem comprimento padrão de 210 metros – número próximo dos 185 metros da citada testada – e sugere que esse é um dos motivos da decadência e abandono do bairro (JACOBS, 2001, p.204). A grande distância para o caminhar, nesse caso, é atenuada pelo grande número de pessoas na calçada, entrando e saindo dos edifícios, da escola e de lojas e, sem dúvida, pela dinâmica das mesinhas dos bares sob a citada marquise. Já a testada da quadra a oeste mede aproximadamente 125 metros e é possível percorrê-la, rapidamente, sem que se note, distraíndo-se entre uma pequenina praça, recuos maiores e menores e muitas opções de acesso: uma farmácia, lojas, bares, floricultura e outras mais, além dos edifícios de apartamentos. É, sem dúvida, uma caminhada agradável, dinâmica, e nada monótona, que permite o contato frequente entre as pessoas que ali habitam.

[...] geralmente se considera que as calçadas estão destinadas unicamente à circulação dos pedestres sem que se reconheça nem que se respeite nelas os órgãos vitais e insubstituíveis da segurança urbana, da vida pública e da educação das crianças.” (CHOAY, 1965, p. 298)

A terceira condição se refere à idade e estado de conservação dos edifícios. De acordo com JACOBS isso garante a vivência de pessoas com diferentes níveis de renda no mesmo distrito. Trata-se de um trecho aparentemente consolidado, sem edifícios recém-inaugurados. Boa parte das construções provavelmente foi feita há algumas décadas, não mais do que 50 anos, com exceção de alguns sobrados geminados usados para comércio a sudeste e um edifício habitacional de 3 pavimentos na esquina com a Rua Bruxelas que aparentam ser mais antigos. Quanto ao estado de conservação, a maioria está bem conservada ou em ótimo estado, exceto um imóvel térreo na esquina norte com a Rua Bruxelas que aparenta estar vazio e/ou abandonado. O que se vê são muitos imóveis recentemente reformados, como as unidades do Colégio Global, que parece crescer constantemente comprando imóveis ao seu redor, ou, pontos de comércio alugados, restaurantes e lojas pequenas. A relativa homogeneidade no estado de conservação e na idade das edificações talvez indique também uma relativa homogeneidade no padrão de renda das pessoas que habitam aquela região.

Por fim, a quarta condição diz respeito à densidade “suficientemente alta” de pessoas que usam a região, independente de seus motivos, que deve incluir alta concentração de pessoas que moram ali. Isso garante pessoas indo e vindo ao longo do dia e da noite, o que torna o espaço seguro sob a vigilância natural dos usuários. Garante também o uso eficiente da infraestrutura disponível na região. Dados do IBGE (Censo 2010) indicam que o distrito de Perdizes (onde está inserido o trecho em questão) possui 19.563 hab./km<sup>2</sup>, isto equivale a 195 hab./Ha, ou seja, 195 moradores em uma quadra,

considerando-se uma quadra de 100x100metros (1Ha). Esse número não inclui usuários/passantes. Pôde-se constatar a constante movimentação de pessoas tanto em visitas diurnas e noturnas, quanto via internet no citado levantamento realizado com auxílio das ferramentas *Google Maps* e *Google Street View* que mostra fotografias das ruas – e de quem ali estiver – em diversos ângulos, feitas durante o dia. O levantamento indica a densidade considerável de moradores no trecho se observados os usos habitacional e misto (habitação e comércio/serviço) e os gabaritos que na maioria dos casos possuem mais de 3 andares, incluindo dois edifícios largos e altos, um com 13, outro com 12 andares.

Outro fator importante para a fruição da vida pública em calçadas e ruas é a largura das vias. CHOAY discorre sobre isso:

“Ruas de trinta ou trinta e cinco pés de largura [entre 9,14 e 10,67 metros] seriam suficientes para acolher ao mesmo tempo as atividades das crianças, as árvores necessárias, a circulação dos pedestres e a vida pública dos adultos. Poucas ruas têm semelhante largura. Esta é invariavelmente sacrificada à circulação dos veículos; [...]” (CHOAY, 2002, p.298)

O livro de CHOAY foi publicado pela primeira vez em 1965 (original, em francês) e não fica claro o tipo de rua ao qual ela se referia. Hoje, dez metros de largura parece pouco para que uma rua abrigue todas as infraestruturas que uma metrópole exige, como postes e fios de energia elétrica e de telecomunicações, tubulações de água, de gás e de esgoto, mobiliários urbanos úteis como telefones públicos, bancos, lixeiras e pontos de ônibus, além, é claro, das circulações de pedestres, crianças e adultos, ciclistas, motociclistas, automóveis, ônibus e etc. A Avenida Prof. Alfonso Bovero apresenta no trecho estudado aproximadamente 19 metros de largura entre as duas testadas, com variações devido a recuos. Essa largura abriga calçadas de ambos os lados com pouco mais de 3 metros de largura cada – onde estão árvores, pontos de ônibus, postes de iluminação pública, bancas de jornais, etc. – faixas de estacionamento de ambos os lados e duas vias de circulação de automóveis, uma para cada sentido. De fato, em horários de pico o trânsito fica parado, ônibus e automóveis aturam a lentidão. Tal trecho é uma espécie de núcleo, ou “gargalo”, que acaba por concentrar o fluxo de automóveis, na falta de caminhos alternativos, talvez, devido às ruas sinuosas – que, em parte, acompanham a topografia da área – e com poucos cruzamentos, de uma parcela do distrito de Perdizes, que se configura como obstáculo ao atravessamento da região. Pode-se dizer que, ao contrário dos veículos em horário de pico, ali, o pedestre pode passar confortavelmente – exceto no local onde tem que desviar do “novo” ponto de ônibus e suas placas de propaganda que obstruem a passagem dos transeuntes nessa e em outras tantas calçadas da capital paulista.



## Rua Augusta

O segundo trecho urbano estudado está situado no eixo da Rua Augusta entre as ruas Costa e Dona Antônia de Queirós. Como no caso apresentado anteriormente, após levantamento de uso e ocupação (**imagem abaixo**), foi possível observar características do território com base nas condições geradoras de diversidade de JACOBS, supracitadas.

De acordo com a primeira condição para que haja diversidade urbana, o número de funções (ou de usos) observados no levantamento é variado, apresentando boa combinação. Predominam os usos: habitacional, comércio/serviço e misto. Há também três edifícios de escritórios com metragens variadas, dois hotéis e uma faculdade. Além disso, partindo da Rua Dona Antônia de Queirós, pelas calçadas da Rua Augusta, no térreo, pode-se encontrar estabelecimentos diversos, como: lanchonetes e restaurantes, uma loja de doces, uma farmácia, dois chaveiros, uma papelaria, lojas de roupas e acessórios femininos e masculinos, uma lavanderia, uma casa lotérica, um café, estacionamentos para automóveis, ao menos quatro casas noturnas para públicos variados, a sede de um bloco de carnaval de rua, bares, uma escola para *DJ's*, agências bancárias, uma galeria que é também salão de beleza, um estúdio de tatuagem, quatro salões de cabelereiros, um supermercado, um teatro e duas academias de artes-marciais. Uma fachada desproporcional e grosseira destoa na fluidez da calçada: grades, um “quase-jardim” espremido no que restou de um lote e, um enorme muro de três andares: trata-se dos fundos da garagem de um grande conjunto habitacional, um “condomínio-clubê”. Ao “cultivar a instituição do território”, como uma gangue em “seu” bairro, “áreas reurbanizadas ou condomínios se utilizam dessa maneira de lidar com a insegurança [urbana]: demarcam seu território e o cercam com muros, câmeras de segurança e guardas.” (JACOBS, 2001, p. 49). Em São Paulo, no ano de 2015, o modelo norte-americano das décadas de 1950 e 1960 é copiado com frequência.

A segunda condição se refere a quadras curtas. O trecho apresenta duas testadas de quadras e ambas muito extensas para serem percorridas a pé. A testada norte mede aproximadamente 310 metros de comprimento, enquanto a testada sul mede amplos 380 metros de comprimento. Percorrer esse caminho pode ser tarefa monótona e perigosa. Monótona porque, apesar da variedade de estabelecimentos, há ausência de esquinas, que representam uma breve pausa no caminhar e mudanças no direcionamento do olhar do pedestre, ao apreciar a perspectiva de uma rua perpendicular que se apresenta, por exemplo, mas, principalmente, para atravessar tal rua. Perigosa, pois, em horários em que há menos pessoas na rua - como na madrugada - não há alternativas de caminho, não há como dobrar a esquina, pois, novamente, não há esquinas.

A terceira condição para diversidade é a combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados. A maioria dos edifícios possui provavelmente menos do que 50 anos; há dois edifícios novos, vizinhos, ambos na testada a norte da Rua Augusta, construídos há cinco ou seis anos (talvez menos) – um habitacional, bloco integrante do “condomínio clube” supracitado, e outro de salas para escritórios; e há uma exceção, talvez a única: um edifício que aparenta ter mais do que cinquenta anos (na esquina sudoeste do cruzamento entre as ruas Augusta e Dona Antônia de Queirós). Um sobrevivente de tempos passados. Exemplar importante em se tratando de memória coletiva da paisagem urbana, as rugas reveladoras do espaço, as “rugosidades”, de Milton Santos:

“O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas.”(SANTOS, 1978, p. 138)

Esse prédio é o único que apresenta um estado de conservação entre regular e ruim; há dois edifícios com estado de conservação regular, os demais apresentam estados bons ou ótimos. Novamente, a relativa homogeneidade entre idades e estados de conservação dos imóveis indica, provavelmente, renda semelhante entre os habitantes da área.

A quarta e última condição se refere à alta densidade de usuários e moradores na área. Tal condição parece garantida por hora. O Censo (IBGE) de 2010 indica 17mil hab./km<sup>2</sup> (ou 170 hab./Ha) para o distrito da Consolação, onde está situado o trecho. Isso equivale a 170 habitantes por quadra, considerando uma quadra de 100x100metros. O número se refere apenas aos moradores da área, não inclui usuários/passantes. A proximidade do centro da cidade e também da Av. Paulista (centros financeiros e empresariais da metrópole – um dos prováveis motivos para haver tantos hotéis na região) garante o fluxo constante de pessoas e veículos pela Rua Augusta que, além disso, se configura como eixo de transporte público importante da metrópole. Ademais, o levantamento indica que aproximadamente metade das construções é voltada ao uso habitacional e/ou misto e a maioria das construções possui 3 andares ou mais, incluindo edifícios habitacionais que possuem entre 3 e 20 pavimentos.

Dois fatos se destacam ao se observar o levantamento realizado na Rua Augusta.

O primeiro diz respeito ao **parcelamento do solo**. A Rua Augusta, no lado do centro, conhecido como “Baixo Augusta”, passa, há alguns anos, por transformação acelerada, impulsionada por capital privado voltado ao mercado imobiliário e, também, pelo novo Plano Diretor Estratégico da cidade e a nova Lei de Zoneamento, que incentivam o adensamento habitacional de regiões lindeiras a importantes eixos de deslocamento de transporte de grande capacidade, caso da área de estudo que, além da Rua Augusta, também está

próxima ao corredor de ônibus da Avenida Consolação. A construção de novos empreendimentos voltados ao mercado imobiliário passa pela unificação de lotes, isto é, pela junção de lotes menores para que se forme um grande lote que permita a construção de maior número de metros quadrados (vantagem para os investidores privados). Desse modo, percebe-se, pelo levantamento (**abaixo**), que, com apenas uma exceção, todos os novos edifícios destinam a apenas um tipo de uso (uma função) que varia apenas entre: habitação e escritórios. É preciso mais do que apartamentos e escritórios para se fazer uma cidade dinâmica social e economicamente, uma cidade interessante, pulsante, inspiradora, agradável. Entretanto, isso se repete em muitas regiões da cidade.

A Rua Augusta é conhecida por sua diversidade urbana. Boa parte desses novos edifícios nem se relaciona com a calçada. É o caso do novo edifício residencial, citado anteriormente, do tipo “condomínio-clubes”, composto por duas torres de 20 andares cada uma, com acesso pela Rua Bela Cintra e fundos para a Rua Augusta, onde, praticamente, dá as costas para a calçada, ignora por completo a vida pública que ali fluía há poucos anos – o “*ballet* da boa calçada urbana” (JACOBS, 2001, p.52), “oferecendo” à cidade três andares de muro, três andares de garagem para automóveis, com o comprimento de aproximadamente 45 metros, onde, antes, haviam pelo menos 8 lotes onde poderiam haver acessos, restaurantes, cafés, bares, livrarias, oficinas mecânicas, correios, etc, além, é claro, de muitas pessoas entrando e saindo desses lugares, mantendo a rua segura. A segurança urbana depende de “olhos voltados para a rua” e de fluxo ininterrupto de pedestres, mantendo viva a curiosidade de quem está dentro dos edifícios e, ao mesmo tempo, a vigilância “natural” do espaço. (JACOBS, 2001, p. 35)

Se construções como essa continuarem a ser erguidas na Rua Augusta, em breve não haverá mais diversidade ali, apenas muros e grades. Não haverá mais a vida pulsante dos passantes pelas casas noturnas, por exemplo, trazendo segurança e animação para as calçadas. O problema seria o tamanho dos lotes ou a simples subdivisão de espaços combinada ao tipo de uso destinado ao térreo que se conecta com a malha urbana? Por esse ponto de vista, o problema real talvez seja a qualidade dos projetos arquitetônicos executados e não o tamanho dos lotes. Infelizmente, o que se vê pela cidade, em boa parte dos casos, são novos edifícios que descartam por completo a vida além dos limites do próprio lote, além de seus muros e grades, a vida coletiva na metrópole. CACCIARI joga luz sobre a contradição do ser humano urbano, em tempos de “pós-metrópole”:

“[...] assumimos sempre uma postura dupla e contraditória em relação a esta forma de vida associada: por um lado, concebemos a cidade como lugar para nos encontrarmos e reconhecermos como comunidade, um lugar acolhedor, um ‘seio’, um lugar onde residir bem e viver em paz, uma casa [...]; por outro lado, cada vez mais consideramos a cidade como máquina, uma função, um instrumento que nos permite, com o mínimo impedimento, fazer os nossos *negotia*, os nossos negócios. De um lado, a cidade como lugar de *otium*, lugar de troca humana, seguramente efectivo, activo, inteligente, enfim, um lugar para morar; do outro, o lugar onde desenvolver os *negotia*, da maneira mais eficaz possível.” CACCIARI (2010, p.26)

Torna-se evidente a importância da reflexão sobre o parcelamento do solo urbano e, também, sobre o modo como os edifícios se implantam na cidade, como os edifícios se conectam com a calçada, com o espaço público, é preciso refletir sobre as qualidades urbanísticas dos andares térreos e suas funções, seus usos.

O segundo aspecto notável no levantamento, mas principalmente durante visitas ao local, é a **largura diminuta das calçadas**. As calçadas da Rua Augusta são muito estreitas (pouco mais de dois metros, em média) para abrigar o fluxo constante de pedestres e todos os equipamentos já citados necessários ao funcionamento da metrópole. As calçadas de ambos os lados medem pouco mais do que dois metros, muito pouco para um eixo de deslocamento urbano da importância da Rua Augusta. Pedestres disputam espaço com árvores, postes diversos, placas de sinalização, semáforos, ciclistas-entregadores. Não é raro o pedestre ser obrigado a caminhar pelo leito carroçável, ao lado de “skatistas” e ciclistas (também usuários do espaço público, por isso, bem vindos, guardadas as proporções e a segurança de todos) e, de veículos motorizados (motocicletas, automóveis e ônibus, necessários à metrópole, porém, de modo equilibrado) que dominam o espaço e provocam grande poluição do ar e muitos ruídos. Além disso, praticamente não há locais de permanência, quase não há recuos, não há lugares para pausa, não há bancos ou outros mobiliários urbanos. Fica evidente que o trecho carece de espaços públicos de qualidade para o encontro e permanência de pessoas. No entanto, iniciativas privadas e públicas parecem não se importar com a situação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o trecho da Av. Prof. Alfonso Bovero apresenta condições de diversidade urbana e de qualidade espacial bastante favoráveis ao uso dos espaços públicos, aos encontros e à permanência de pessoas em calçadas apropriadas, sob o abrigo de uma marquise ou nos recuos frontais de edifícios e estabelecimentos variados, a apreciarem as dinâmicas da atividade humana. Notou-se, a partir de observações *in locu*, a existência de uma rede de contatos humanos, sociais, econômicos e públicos, justamente por serem realizados fora de espaços privados (de privacidade, de intimidade).

“A noção de co-presença, de que a sociedade vem se servindo desde os seus fundadores, noção realçada por Goffman (1961) e retomada por Giddens (1987), ganha uma nova dimensão quando associada à noção e à realidade geográfica da vizinhança, essa ‘condição de vizinhança’ referida por Sartre em *Questions de Méthode*. O território compartilhado impõe a interdependência como práxis, e essa ‘base de operação’ da ‘comunidade’ no dizer de Parsons (1952, p. 91) constitui uma mediação inevitável para o exercício dos papéis específicos de cada qual, conforme realça B. Werlen (1993, p. 190). Nas cidades, esse fenômeno é ainda mais evidente, já que pessoas desconhecidas entre si trabalham conjuntamente para alcançar, malgrado elas, resultados coletivos. (SANTOS, 2006, pp. 319-320)

Esse ambiente potencialmente abriga dinâmicas de caráter local, algo próximo ao que defendiam o *Team 10* e o grupo MARS no CIAM 8 (as ideias de concepções urbanas de acordo com escalas, da cidade como centro comunitário, da rua como organizador da vida coletiva e da preponderância de valores culturais), fortalecendo assim a noção de “comunidade”, de interdependência, bastante escassa hoje nas metrópoles. “Não existem dúvidas de que o território em que habitamos representa um desafio radical a todas as formas tradicionais de vida comunitária. O desenraizamento que produz é real.” (CACCIARI, 2010, p.35)

Se a fruição da vida pública é “abraçada” por espaços adequados nesse trecho da cidade, a situação no segundo trecho estudado se apresenta de outro modo.

Michel SERRES afirma que “[...] nossa relação com o mundo mudou. Antes, ela era local-local; agora é local-global [...]” (in SANTOS, 2006, p. 313). Nesse contexto, numa economia de mercados globais, de negócios “virtuais”, onde o consumo parece ser o modo de vida vigente, SZE TSUNG LEONG (membro do grupo *Harvard Project on The City*, encabeçado por Rem Koolhaas), no livro *Mutations* (ACTAR, Barcelona, 2000), descreve o “espaço” na primeira década do século XXI como o “Espaço de Controle” (*Control Space*), isto é, o espaço tido, meramente, como estatística e aponta para a obsolescência do espaço tridimensional. O “mercado” existe e funciona virtualmente apesar de necessitar de espaços para suas atividades. O “mercador” apenas considera o espaço tridimensional e suas qualidades físicas no momento presente, em seu dia-a-dia íntimo – em sua casa, em seu

escritório ou em um hotel, por exemplo. Há, portanto, o **distanciamento** psicológico em relação ao meio físico afetado pela cadeia abrangida por seus negócios, pode-se dizer que há um distanciamento da noção de realidade, da noção dos espaços reais. Para os “mercadores”, os espaços são reduzidos a números, “dados”, “informação”.

Se uma “nova cartografia” provém do mapeamento de informações de consumo como dados de compras feitas com cartões de crédito, por exemplo, e um “novo urbanismo” computa dados territoriais, demográficos e econômicos por meio de computadores e Sistemas de Informação Geográfica (SIG, ou *GIS* na sigla em inglês) (BOERI & MULTIPLICITY, KOOLHAAS & HARVARD SCHOOL, KWINTER & FABRICIUS, ULRICH OBRIST, TAZI, 2000, p.178-181), não é de se estranhar que, para quem apenas lê tais dados, os lugares reais, isto é, o local, de fato, a paisagem urbana, o território usado, não passam de abstrações, ou de informações úteis para negócios.

Esse parece ser o cenário da transformação vigente no território da Rua Augusta. A expressão do poder de intervenção e de modificação de espaços urbanos, por iniciativa de “mercadores” (do capital), sem que se tome conhecimento das dinâmicas locais do cotidiano, daqueles espaços e de seus habitantes/usuários/passantes. Tal força age “de cima” para “baixo”, do *global* para o *local*, como empresas multi-nacionais estrangeiras ao aportar num novo país, buscando, obviamente, o benefício próprio; as “verticalidades” de que fala Milton Santos (SANTOS, 2006, p.287). Talvez a proximidade de centralidades financeiras e culturais (o centro de São Paulo e a Av. Paulista), como já citado, e de sedes de grandes empresas (possivelmente muitas internacionais), além de maior oferta de infraestruturas instaladas na malha urbana, como a de transporte (linhas de metrô, por exemplo), que valorizam o preço da terra, torne a região da Rua Augusta mais suscetível às ações globais de investimento, principalmente, do capital estrangeiro, em comparação ao trecho da Av. Prof. Alfonso Bovero. Sobre o citado “distanciamento da realidade”, sobre a “virtualidade” do mundo global e a percepção do tempo, SANTOS, nos faz refletir:

“Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por constante, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender. Talvez, por isso mesmo, possamos repetir com Edgar Morin (1990, p. 44) que ‘hoje cada um de nós é como o ponto singular de um holograma que, em certa medida, contém o todo planetário que o contém’.

Os lugares, desse ponto de vista, podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo, lembra-nos Z. Mlinar (1990, p. 57), para quem a lógica do desenvolvimento dos sistemas sociais se manifesta pela unidade das tendências opostas à individualidade e à globalidade.” (SANTOS, 2006, p. 314)

E, contrapondo-se a uma visão estritamente numérica/estatística sobre o território, ressaltando, por outro lado, a importância da “proximidade”, adverte:

[...] Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade, diz J.-L. Guigou (1995, p.56) 'pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade.' (in SANTOS, 2006, p. 318)

Nem tudo parece perdido para o trecho da Rua Augusta, onde se nota, ainda, significativa diversidade e vivacidade urbana, apesar da falta de espaços públicos de qualidade e do descaso dos "construtores" da cidade. As dinâmicas sócio-econômicas locais e os usuários do espaço resistem bravamente às investidas do capital imobiliário. Na contramão das citadas "verticalidades", SANTOS aponta o caminho de resistência pelas "horizontalidades":

[...] Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo." (SANTOS, 2006, p. 288)

## REFERÊNCIAS

BOERI & MULTIPLICITY; KOOLHAAS & HARVARD SCHOOL; KWINTER & FABRICIUS; ULRICH OBRIST; TAZI. *Mutations*. Barcelona: ACTAR, 2000.

CACCIARI, Massimo. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: edições 70, 1971.

GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos Entre Lugares*. São Paulo: Senac, 2012.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RODRIGUEZ SOSA, M; SEGRE, R. *Do coração da cidade a Otterloo (1951-59): discussões e transgressoras de ruptura. As sementes das novas direções Pós-CIAM*. In: Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário Docomomo\_Brasil, 2009. (Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/096.pdf>> acessado em 07/05/2015)

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

**Contatos:** [vinqui@gmail.com](mailto:vinqui@gmail.com) e [lmrubano@gmail.com](mailto:lmrubano@gmail.com)